

Resenha

BARREIRA, Luiz. História e historiografia. as escritas recentes da história da educação brasileira (1971-1988). Campinas, SP: UNICAMP, 1995. Tese de doutoramento.

A tese de doutoramento recentemente defendida por Luiz Barreira é leitura indispensável para os educadores, particularmente os envolvidos nos debates sobre a História da Educação brasileira, pois teve por preocupação central mostrar como os historiadores da educação produzem o conhecimento histórico. Para isso partiu da observação das práticas científicas concretas onde verificou os procedimentos metodológicos já que, segundo o autor, nem sempre as confissões teóricas têm correspondência com o percurso do trabalho.

Sua análise baseia-se no entendimento de que a crítica ao conhecimento produzido na área deve ser feita no terreno da história, uma vez que a educação não tem estatuto científico para configurar-se como campo de interrogação epistemológica. Contrapõe-se, pois, a certas tendências de se pensar a História da Educação com matrizes teóricas da Sociologia ou da Filosofia, por exemplo.

Com este pressuposto, realiza um exame crítico das teses e dissertações aprovadas nos Programas de Estudos Pós-Graduados em Educação, entre 1971 e 1988, centrando sua atenção nos seguintes aspectos: temas explorados, periodização utilizada, interesses mobilizadores da pesquisa, fontes usadas e formas de contextualização do objeto de estudo. No tocante às temáticas, as escolhas dos pesquisadores incidiram sobre os movimentos sociais, a história do ensino e a história político-administrativa, originando-se na prática docente, na facilidade de acesso aos materiais históricos ou em interesses político-ideológicos ou acadêmicos e teóricos. Na maioria absoluta dos casos, os temas não derivam de projetos coletivos de pesquisa, o que propicia um conteúdo lacunar a esta produção pois não há articulação institucional ou interinstitucional que localize as zonas demandatárias de elucidação histórica. No caso do autor, sua pesquisa está articulada ao

Projeto de Pesquisa coordenado por Mirian Warde, da PUC/SP, financiado pelo CNPQ, intitulado "*A Historiografia da Educação Brasileira: construção da memória e do conhecimento*" (Brasília, São Paulo, CNPq/PUC, 1991. Mimeo). Também fazem parte dele as dissertações de Mestrado, recentemente defendidas, de Bruno Bontempi Jr. e Maria Rita de A. Toledo. Importante marcar a necessidade do estímulo a esses procedimentos que fazem avançar a produção do conhecimento na área, já que os projetos são organizados a partir de definições mais amplas, para além dos interesses meramente pessoais ou acadêmicos.

Outro aspecto importante é o relativo à periodização, questão que tem merecido críticas na historiografia da educação por seu caráter geralmente externo ao objeto de pesquisa. Segundo Barreira, a periodização obedeceu principalmente a critérios políticos, privilegiando a República, especificamente os anos 60. Outro marco encontra-se na economia, também nos anos 60. Apenas uma pequena parte dos trabalhos contempla marcos históricos educacionais.

No âmbito das questões que colocam à história, o autor pretendeu captar as perguntas do historiador da educação e de que

forma está construindo as explicações históricas. Ficou demonstrado que a maior parte dos trabalhos buscou as causas do fenômeno histórico, produzindo uma explicação causal da história. Outros pretenderam justificar a existência do fenômeno e alguns procuraram as suas origens, construindo explicações históricas descritivas. Um número reduzido de historiadores quis "provar" a validade de sua concepção teórica, tomando a pesquisa histórica como "efeito demonstração".

O quarto ponto, bastante problemático, focado por Barreira refere-se ao uso das fontes no processo de construção do conhecimento. Algumas avaliações da historiografia da educação levaram à conclusão que, no campo educacional, o historiador desconsidera a pesquisa documental, a empiria, afirmação posta por terra pela constatação de que todos os trabalhos examinados usaram fontes primárias, como também secundárias. Para o autor, o que é de fato problemático — além das dificuldades de acesso e da falta de preparo técnico do pesquisador para a leitura das fontes — é a lida teórico-metodológica com os dados encontrados nas fontes primárias. Por exemplo, pelo fato de serem de difícil acesso ou por outras razões, o pesquisador recorre excessivamente às

fontes secundárias com o fito de suprir lacunas advindas do precário trato com as fontes primárias. Isto leva a uma abordagem do objeto histórico em que suas determinações correm por fora dele, não estando a ele organicamente articuladas.

Este aspecto mereceu destaque pois, de seu ponto de vista, a leitura contextual acaba operando definidoramente, sobredeterminando os elementos disponíveis nas fontes primárias para a compreensão histórica. Recursos dessa natureza, que justapõem os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais aos educacionais, podem obstaculizar o questionamento das interpretações históricas correntes, muitas vezes dadas como científicas. Por outro lado, este mecanismo de “vitalização da trama” educacional pode conduzir a uma produção a-histórica, em que os elementos contextuais definem, de antemão, a percepção da empiria.

Tal procedimento, no entanto, segundo Barreira, não é universal. Há autores que compreendem a educação e os fenômenos sociais como momentos organicamente articulados. Nessa abordagem, a teoria não é pré-concebida, nem o contexto, mas ambos são construídos no processo de revelação das relações do fenômeno com seu meio social. Para o autor, é preciso cuidado no trabalho his-

tórico para evitar que as interpretações presentes nas fontes secundárias não comprometam a investigação, anunciando, antecipadamente, as conclusões às quais irá chegar, lançando mão da empiria apenas como sua prova cabal.

No que tange às abordagens conceituais também existem problemas. A despeito de a maior parte dos pesquisadores explicitarem uma posição teórica dialética, nem sempre a condução da pesquisa realiza tal intencionalidade. Associando-a à teoria da dependência, de raízes sociológicas, muitos trabalhos contradizem sua confissão, atribuindo grande peso ao fator econômico na reconstrução de seu tema de estudo. Esta teoria dá lugar à idéia de “dependência cultural” que localiza no plano infraestrutural a causa ativa dos fenômenos sociais e explicativa de seus significados. Assim, a educação é vista como reprodutora dos interesses materiais das classes dominantes, configurando uma abordagem funcionalista em que o agente do processo histórico é a estrutura. Aqui, o fenômeno social decorre de modo lógico, e não histórico, da esfera econômica, sendo a educação mero reflexo desta no plano da superestrutura e função de um dado sistema.

Também neste aspecto existem leituras divergentes. Em menor número, há trabalhos que operam

as necessárias mediações entre teoria e empiria, tomando a teoria como suporte para a proposição de hipóteses — razoáveis — de trabalho, a partir das quais a pesquisa se desenvolve. Nestes há uma crítica ao determinismo estruturalista que perde de vista a noção de classes sociais e sua essencialidade na apreensão da história como processo, bem como por cair em explicações genéricas que desconsideram a especificidade da produção da História da Educação.

Expondo as feridas da Historiografia e da História da Educação, Barreira nos oferece um excelente guia de leitura e, mais, nos oferece pistas bastante concretas sobre como produzir conhecimentos capazes de contribuir para uma objetiva compreensão da educação brasileira. Cremos não ter sido outra sua intenção quando, no encerramento de seu texto, pôs seu “coringa” na mesa: persistem na produção da História da Educação no Brasil “velhas travas”. Há um recorte teórico nessa produção, cujas origens remontam aos anos 20, ligado a uma dada leitura da História do Brasil expressa principalmente nas fontes secundárias e nos autores escolhidos para dar consistência contextual ao campo educacional. Há, nas searas marxistas, a presença marcante do dogma stalinista, cuja

ressonância na educação é responsável por produções esquemáticas e generalizantes.

Tal dogma se mantém, segundo ele, tanto por ignorância dos pesquisadores com relação à sua presença nas fontes secundárias, usadas de modo acrítico, quanto pelo anacronismo de seu referencial teórico-metodológico, distante das tendências recentes do marxismo que sobejamente criticam o stalinismo e possibilitariam — se conhecidas — a crítica a seus herdeiros brasileiros. Nesse sentido, a tese de doutoramento de Luiz Barreira é uma excelente leitura para os pesquisadores interessados em dominar, com alguma consciência, as determinações históricas presentes em seus procedimentos teórico-metodológicos de investigação da educação brasileira.

Lucia Maria da Franca Rocha
Professora Assistente da
Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília e
doutoranda em Filosofia e
História da Educação na
PUC/SP.

Olinda Evangelista
Professora Assistente do Centro
de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa
Catarina e doutoranda em
Filosofia e História da Educação
na PUC/SP.